

A Segurança em África

A estabilização da região do Sahel: que papel para a CEDEAO?
Rui Garrido

Moçambique: várias faces de uma crise
Teresa Nogueira Pinto

Forças gravitacionais na geopolítica da Guiné-Bissau
Ricardo Real Sousa

Portugal como promotor de segurança em África: as Forças Nacionais
Destacadas em 2024
Pedro Rito

DIRETORA

Isabel Ferreira Nunes

COORDENADOR EDITORIAL

Luís Cunha

CENTRO EDITORIAL

António Baranita

PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Instituto da Defesa Nacional

ISSN 2182-5327

Depósito Legal 340906/12

A Segurança em África

A estabilização da região do Sahel: que papel para a CEDEAO

Rui Garrido

Professor auxiliar na Universidade
Portugalense e investigador no Instituto da
Defesa Nacional

A região da África ocidental foi sacudida por uma onda de golpes de Estado que fez cair o governo em seis países da região – Guiné-Conacri, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, Sudão – que tem sido apelidada de *Coup Belt*. Os golpes de Estado podem ser entendidos como fenómenos abruptos, organizados e operados por uma facção militar (sobretudo), visando remover o poder político. Estamos perante episódios que acontecem num curto espaço de tempo e que configuram um problema de segurança para o Estado e para os cidadãos. Os golpes de Estado na região do Sahel não foram exceção e trouxeram uma instabilidade e incerteza a uma região já afetada pela insegurança, proliferação de grupos jihadistas, mas, sobretudo, pela pobreza e escassez de recursos e oportunidades. De acordo com os dados coletados pelo African Center for Security Studies, o Mali e o Burkina Faso estão entre as regiões do continente africano com maior número de ataques terroristas registados no ano de 2024, consolidando uma tendência crescente desde 2027.¹ Por outro lado, os países que sofreram golpes de Estado entre 2020 e 2023 estão entre os mais pobres, ocupando os últimos lugares do índice de desenvolvimento humano.² Não surpreende, portanto, que a população destes países apoie estes movimentos de transição, almejando que os mesmos tragam segurança e progresso, que as lideranças políticas anteriores falharam em concretizar. Estes eventos trouxeram uma mudança significativa do tabuleiro geopolítico na região, influenciado por novos atores internacionais, tais como

a Rússia, a China e a Turquia. Esta alteração tem sido visível pelas campanhas de desinformação que são levadas a cabo por esses atores nestes países,³ mas sobretudo pela alteração das relações bilaterais entre estes países e a sua antiga potencia colonial, a França. As tropas francesas estacionadas nestes países – mas também a missão da ONU no Mali, que saiu do país a 31 de dezembro de 2023 – estão a ser convidadas a sair destes territórios. Esta rutura de relação tem-se verificado em outros territórios, alimentados pela desinformação e um sentimento anti-França, já denominado como *Frexit*.⁴

A resposta da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) perante estes eventos abruptos foi marcada, num primeiro momento, pela condenação dos golpes de Estado e exigindo a reposição da ordem constitucional nos países afetados, para uma posição de força, no caso do Níger, ameaçando usar da força para retirar os militares do poder e libertar o presidente Mohammed Bazoum, que estava em situação de cativo. A Autoridade da CEDEAO escudou-se no artigo 25.º do Protocolo de Lomé (1999), que prevê, entre outras situações, a intervenção em casos de conflito interno, na medida em que estes constituam uma ameaça à paz e à segurança regional. A resposta dos Estados visados foi surpreendente, tendo o Burkina Faso e o Mali anunciado que uma intervenção da CEDEAO no Níger seria entendida como uma agressão e que reserva-

vam o direito de defender esse Estado. Afastada a possibilidade de intervir, a Autoridade da CEDEAO manteve uma abordagem assente na diplomacia, sem, contudo, abdicar da suspensão destes Estados como membros da Comunidade e aplicando-lhes sanções económicas, as quais têm acentuado a situação de vulnerabilidade e pobreza. Em resposta à ação da CEDEAO, o Burkina Faso, Mali e Níger decidiram, a 16 de setembro de 2023, criar a Aliança dos Estados do Sahel (AES), procurando aliar os interesses dos três Estados, que foram isolados regionalmente. Em julho de 2024, anunciam um aprofundar das relações com o projeto de criação da Confederação dos Estados do Sahel, o que implicaria a saída da CEDEAO, fragilizando-a ao ponto de alguns analistas advogarem a desintegração da organização regional.⁵

Qual o é o caminho futuro para a região do Sahel? Que questões de segurança se levantam face a uma alteração política profunda numa zona nevrálgica do continente? A consolidação da presença da Federação Russa nesta região parece ser um facto consumado. Por outro lado, o espaço é disputado por outras potências internacionais, como a China. Os regimes militares não trouxeram, pelo menos nestes primeiros anos, uma melhoria da situação securitária nos países. Por outro lado, as sanções internacionais têm agravado as dificuldades das populações. E a CEDEAO tem conhecido desafios muito complexos, os quais podem pôr em xeque não apenas o processo de integração regional, mas também da criação da Comunidade Económica Africana. Um atraso ou retrocesso nestes processos pode resultar numa profusão de problemas securitários, de falta de respostas institucionais aos problemas das populações e aumentar a insegurança e instabilidade regionais. A CEDEAO tem a obrigação de se

afirmar como uma comunidade de segurança regional, através da sua arquitetura de segurança, sem, contudo, embarcar em ações que podem minar a confiança nas instituições. É imperativo reconquistar a confiança das populações nos atores multilaterais e dar respostas efetivas às suas aspirações de vida.

Notas

¹ African Center for Security Studies (2024, 13 de agosto), *Africa's Constantly Evolving Militant Islamist Threat*. Disponível em <https://africacenter.org/spotlight/mig-2024-africa-constantly-evolving-militant-islamist-threat/>

² PNUD (2024, 13 de março) *Human Development Report 2023-24 Breaking the gridlock: Reimagining cooperation in a polarized world*. Disponível em <https://hdr.undp.org/system/files/document/s/global-report-document/hdr2023-24reporten.pdf>

³ African Center for Security Studies (2024, 13 de março), *Mapping a Surge of Disinformation in Africa*. Disponível em <https://africacenter.org/spotlight/mapping-a-surge-of-disinformation-in-africa/>

⁴ AlJazeera (2025, 3 de janeiro), *Frexit: Why Ivory Coast is joining African campaign to expel French troops*. Disponível em

<https://www.aljazeera.com/news/2025/1/3/frexit-why-ivory-coast-is-joining-african-campaign-to-expel-french-troops>

⁵ Adetayo, O. & Onuah, F. (2024, 7 de julho). West African bloc says it risks disintegration if junta-led states leave. Disponível em <https://www.reuters.com/world/africa/west-african-bloc-says-it-risks-disintegration-if-junta-led-states-leave-2024-07-07/>

Moçambique: várias faces de uma crise

Teresa Nogueira Pinto

Professora Auxiliar na Universidade Lusófona de Lisboa e investigadora no Lusoglobe

A crise política em Moçambique, desencadeada pelas eleições gerais de 9 de outubro, continua sem uma solução à vista. Para entender o impasse atual e antecipar possíveis desfechos, é essencial considerar não apenas o contexto regional, mas também as profundas transformações demográficas e sociais das últimas décadas, e a relevância estratégica do país. Essa relevância estratégica resulta de dois fatores principais: os corredores comerciais que conectam o interior ao Oceano Índico, como os corredores de Maputo e da Beira, artérias fundamentais para o comércio regional; e a descoberta recente de vastas reservas de gás natural, que atraíram investimento internacional e reforçam o potencial de Moçambique no cenário energético global.

A região da África Austral ficou marcada por processos de descolonização tardios e, em muitos casos, fruto de conflitos armados. Assim, durante décadas, os movimentos de libertação, depois transformados em partidos, mantiveram uma posição hegemónica, recorrendo às “credenciais de libertação” para legitimar a sua perpetuação no poder. Em alguns casos, como no Zimbabué, o resultado foi o que Henning Melber descreveria como um paradoxo de “libertação sem democracia”. Mas as credenciais de libertação, assentes em fatores históricos, estão sujeitas à erosão provocada pelo tempo. Assim, estes partidos têm vindo a perder a sua hegemonia em virtude de uma combinação de fatores, incluindo a sua fraca performance na frente